

# resenha bibliográfica

## book review

**Nelson Mendes Cantarino\***

Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil

COSENTINO, Daniel do Val; GAMBI, Thiago Fontelas Rosado. *História do pensamento econômico: pensamento econômico brasileiro*. Niterói: Eduff; São Paulo: Hucitec, 2019. 324p. (Coleção Novos Estudos de História Econômica do Brasil, v. 1. Organização geral: Luiz Fernando Saraiva).

Nos últimos trinta anos, a Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica (ABPHE) tem feito um trabalho primoroso de divulgação do que há de melhor em nossa produção historiográfica. Seus eventos são espaços de discussão privilegiados e a partir deles redes de pesquisa com estudiosos de todas as regiões do país se congregam.

Foi assim no primeiro evento da Associação, realizado na Universidade de São Paulo (USP) em 1993. A partir da seleção de artigos apresentados na capital paulista, Tamás Szmrecsányi (1936–2009) coordenou a edição de uma coleção sobre a História Econômica do Brasil que se tornou referência obrigatória para uma geração de historiadores.<sup>1</sup>

---

\* Professor de História Econômica do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE-UNICAMP). E-mail: nelsonmc@unicamp.br. ORCID: 0000-0001-6878-4479.

<sup>1</sup> A coleção foi coordenada por Szmrecsányi com os professores Sérgio Silva (*História Econômica do Período Colonial e História Econômica da Primeira República*); José Roberto do Amaral Lapa (*História Econômica da Independência e do Império*); Wilson Suzigan (*História Econômica do Brasil Contemporâneo*) e Ricardo Maranhão (*História de Empresas e Desenvolvimento Econômico*). Os volumes foram publicados em parceria pelas editoras Hucitec, EDUSP e pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.

Três décadas depois, um novo esforço de síntese e de apresentação da recente produção da historiografia econômica brasileira une a ABPHE em torno de uma nova compilação. O livro agora editado preenche uma lacuna da primeira coleção organizada pela associação. A primeira parte do volume apresenta uma visão ampla do ensino e das discussões metodológicas da História do Pensamento Econômico (HPE) no país. Os artigos de sua segunda parte seguem critérios temáticos e cronológicos. Do reformismo ilustrado luso-brasileiro ao debate contemporâneo em torno da inflação, podemos acompanhar, com um voo amplo temas, abordagens teóricas e personagens do pensamento econômico brasileiro.

Abrindo o volume, Carlos Eduardo Suprinyak e Alexandre Mendes Cunha nos propõem um panorama do estudo da história do pensamento econômico no país. Partindo de dilemas universais do ensino de Economia: a fragmentação disciplinar da ciência econômica, as agências de fomento à pesquisa que favorecem projetos que dominem técnicas analíticas avançadas em prejuízo da formação de viés mais humanístico, os autores apontam a crescente marginalização da disciplina de HPE dentro das instituições de ensino mundo afora.

Para alguns, a solução é migrar para departamentos mais simpáticos aos estudos de história intelectual, da filosofia da ciência e dos problemas em torno da tecnologia e de suas inovações. Também há aqueles que acreditam em uma espécie de *historia magistra vitae*, onde o resgate de tradições teóricas do passado pode esclarecer respostas para dilemas presentes. Talvez a solução mais pertinente para o problema seja reassegurar para a sociedade a importância da HPE como um instrumento pedagógico, despertando as faculdades analíticas e o espírito crítico dos estudantes.

Por enquanto, no Brasil a HPE ainda têm um espaço institucional confortável. Os autores defendem que essa posição é resultado da importância de abordagens locais capazes de deslindar as limitações da teoria econômica ortodoxa para a compreensão da realidade latino-americana. Aportes como o *estruturalismo cepalino* e as diversas abordagens da *teoria da dependência* são centrais para a crítica da transmissão e adaptação das ideias dos centros *mainstream* da teoria econômica em sua busca de compreender as especificidades da América Latina.

Suprinyak e Cunha não deixam de fazer críticas à comunidade de pesquisadores da área no país. Entre nós as fronteiras entre a HPE e a

discussão teórica contemporânea são nubladas e os “grandes economistas do passado” são vistos como agentes muitas vezes capazes de apresentar soluções para problemas que são de nosso tempo. Não seria um problema não fosse o fetichismo por certos nomes ignorando “todo o estoque de conhecimento histórico acumulado sobre determinado autor ou obra, em nome da busca por uma interpretação ‘própria’ ou ‘original’” (Cosentino; Gambi, 2019, p. 33).

Os autores fazem um extenso levantamento do conteúdo das cadeiras de pensamento econômico nos cursos de Economia e da produção da área no país. Existem pesquisadores atuando em publicações nacionais e alguns inclusive publicam em revistas internacionais, e temos periódicos editados nacionalmente com um certo alcance. Também é possível perceber um “pluralismo” com diversas abordagens teórico-metodológicas em nossas instituições superiores. Mas nossa comunidade ainda sofreria de um certo insulamento, principalmente em práticas de pesquisa que não correspondem às práticas correntes da comunidade internacional, com discrepâncias temáticas e metodológicas entre a produção brasileira e a dos grandes centros. O que não é necessariamente um demérito.

Respeitando nossas especificidades, será que é possível vislumbrar um pensamento econômico brasileiro? Esse é o tema do segundo artigo de autoria de Daniel Cosentino, Roberto Pereira Silva e Thiago Gambi. Os autores partem da distinção entre *análise econômica* e *pensamento econômico* proposta por Joseph Schumpeter (1883-1950) em sua *História da análise econômica* (1954). Em jogo, a suposta universalidade do conhecimento econômico. O austríaco destacava o caráter universal da análise econômica, havendo espaço apenas para uma história do pensamento econômico, aquela que pode reconstruir sua evolução teórica até o estado da arte contemporâneo. O trio de autores aposta na possibilidade de se reconstituir historicamente pensamentos econômicos nacionais.

É uma tarefa complexa, pois muitos acreditam na visão de Schumpeter de que a Economia não difere fundamentalmente de outras ciências exatas. A teoria econômica seria a culminância de *breakthroughs* analíticos, carregados momentaneamente de verdades possíveis para, ao longo do tempo, consolidarem-se como verdades cada vez mais robustas e abrangentes. Então, qual seria a diferença essencial entre *análise econômica* e

*pensamento econômico*? A primeira seria a economia em si, esse conhecimento que combina história, o olhar sociológico, métodos estatísticos e teoria para explicar a realidade através da concatenação de teorias econômicas. O segundo deveria ser relacionado à ideia de política econômica e à prática. Uma consequência direta desse raciocínio é que o *pensamento* entra para o campo da ideologia. A *análise* remete a construção histórica para a lógica interna da teoria, destacando seu caráter positivo.

Outro autor central para esse debate é Mark Blaug (1927–2011). Blaug elimina os condicionantes sociais e históricos como instrumentos de compreensão dos autores, para dar ênfase a julgamentos de suas obras a partir de seu cotejamento com os desenvolvimentos modernos da teoria econômica. Aqui devemos perceber as distinções entre o absolutismo e o relativismo na história do pensamento econômico. Os relativistas entreveem a produção teórica do passado como um reflexo das relações econômicas de sua respectiva época, sendo estas justificadas em seus contextos originais. Os absolutistas observam apenas o desenrolar interno das teorias, sua progressão no caminho do erro e da dúvida à verdade. Assim, a teorias da fronteira do pensamento são sempre superiores às teorias vigentes no passado.

Mas por que pensar em um pensamento econômico nacional? A resposta está em uma citação que os autores fazem de José Luís Cardoso:

[...] as histórias nacionais serão tanto mais úteis quanto melhor servirem como ferramenta de captação e aprendizagem dos fluxos internacionais de ideias e teorias econômicas. A verdadeira razão de ser destas reside na possibilidade de poderem servir propósitos de compreensão e transformação das sociedades – bem localizadas no tempo e no espaço. (Cardoso apud Cosentino; Silva; Gambi, 2019, p. 69)

Perceber como os pensadores estabelecidos no Brasil imaginaram sua realidade, adaptaram o conhecimento econômico difundido a partir dos fluxos internacionais e responderam a seus problemas específicos é a porta de entrada para uma perspectiva nacional de pensamento econômico. Uma forma de perceber como a perspectiva nacional se consolida é através das controvérsias nas quais seus pensadores se engalfinharam. Esse é o tema do artigo de Carla Curty e Maria Malta.

A abordagem das controvérsias respeita contextos e pode ser orga-

nizada a partir de características ideológicas, políticas, teóricas e sociais específicas. O historiador do pensamento econômico pode retomar a historicidade de um determinado argumento pela compreensão dos posicionamentos políticos, sociais e ideológicos do sujeito que o formula. Curty e Malta retomam o argumento que Marx apresentou em seu famoso *Prefácio à contribuição à crítica da Economia Política* (1859): “o modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência”. As autoras argumentam que toda formulação de pensamento, inclusive a produção científica, tem em seu cerne a historicidade e não pode ser percebida sem estar diretamente ligada à materialidade. Sem idealismos, o pensamento é resultado da realidade e não o ponto de partida para compreender essa realidade.

Ou seja, fazer a história do pensamento econômico brasileiro significa compreender as diversas interpretações e formulações econômicas realizadas no país de acordo com seu tempo histórico. Também é central perceber “seus elementos ideológicos e seus valores, e estas formulações e interpretações podem ser sistematizadas a partir das controvérsias” (Curty; Malta, 2019, p. 128).

Abrindo a segunda parte do livro, Bruno Aidar nos brinda com um levantamento de fontes e argumentos daqueles que refletiram em torno das riquezas da América portuguesa. Das primeiras descrições, como o *Tratado descritivo do Brasil* (1587), da lavra de Gabriel Soares de Sousa – com sua pretensão de “manifestar a grandeza, fertilidade e outras grandes partes que têm a Bahia de Todos os Santos e os demais Estados do Brasil, do que os Reis passados tanto se descuidaram” –, ao *Diálogos sobre a grandeza do Brasil* (1618), a cristalização da empresa colonial como um processo de caráter mercantil é destacada por Ambrósio Fernandes Brandão nos seis principais tratos dos povoadores deste novo mundo: a lavoura do açúcar, o comércio, o pau-brasil e a extração de madeiras, o cultivo de algodão, a lavoura de mantimentos e a pecuária.

Aidar demonstra que a construção de uma visão material da colônia durante o século XVII competia com conjunturas desfavoráveis ao açúcar no mercado internacional e com o sonho das riquezas do Oriente, com suas especiarias, suas pedras e metais preciosos e o luxo dos produtos exóticos. Aqui, um comentário que merece todo o destaque é a

lembrança de uma multiplicidade de fontes que ainda podem ser analisadas por pesquisadores na busca pela percepção dos colonos dos recursos e do potencial produtivo da colônia. Ainda há muito a ser descoberto na leitura criteriosa das correspondências das câmaras municipais e dos governadores e na vastidão de consultas, petições e outras correspondências que subiam para a análise do Conselho Ultramarino.

Neste século XVII, em que de tudo um pouco ocorreu na colônia, a perspectiva da riqueza ainda pode ser garimpada em autores como o grande Gregório de Matos Guerra (1636-1696). Sua descrição da Bahia do último quartel dos seiscentos ainda nos impressiona:

Triste Bahia! Ó quão dessemelhante  
Estás e estou do nosso antigo estado!  
Pobre te vejo a ti, tu a mi empenhado,  
Rica te vi eu já, tu a mi abundante.

A ti trocou-te a máquina mercante,  
que em tua larga barra tem entrado,  
A mim foi-me trocando e tem trocado  
Tanto negócio e tanto negociante.

Deste em dar tanto açúcar excelente  
Pelas drogas inúteis, que abelhuda  
Simples aceitas do sagaz Brichote.

Oh se quisera Deus que de repente  
Um dia amanheceras tão sisuda  
Que fôra de algodão o teu capote!<sup>2</sup>

A máquina mercante baiana estava consolidada quando André João Antonil levou ao prelo a sua *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas* (1711). A descoberta e as crescentes remessas do ouro das Minas alertaram a Metrópole tanto das possibilidades e da abundância que os sertões podiam proporcionar ao Reino, como dos perigos de sua divulgação. Mais do que um relato crítico dos impactos causados pela mineração, o texto é uma descrição das principais riquezas da sociedade colonial.

---

<sup>2</sup> Fonte: BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 94.

Aidar destaca, com razão, os ecos de uma tradição que remonta à Antiguidade e aos tratados agrícolas e economia rústica de autores como Varrão<sup>3</sup> e Catão,<sup>4</sup> além de um arrazoado político fundamentado na moral cristã para intermediar os interesses privados dos colonos com os objetivos de uma colonização mercantil.

Já a partir do século XVIII, o conhecimento de aspectos econômicos das colônias torna-se ainda mais central para o governo do Império. Com a difusão da *economia política* pelas cortes europeias, seus argumentos foram utilizados por estadistas como Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782) e Rodrigo de Sousa Coutinho (1755-1812) para pensar a realidade material da América portuguesa e maximizar os ganhos e o controle da Coroa sobre esse vastíssimo território. Novas instituições, como a Academia Real das Ciências de Lisboa (1779), com sua influência *estrangeirada* e com ecos das luzes setecentistas, difundiram as ideias econômicas do século para um círculo de autores luso-brasileiros que agora poderiam pensar as bases da prosperidade de sua terra natal. Dentro da “Geração de 1790”, dois luso-brasileiros destacam-se: Joaquim José de Azeredo Coutinho (1742-1821) e José da Silva Lisboa (1756-1835).

Se não há grandes *insights* ou contribuições originais para a teoria econômica na obra desses autores, sua leitura é fundamental para entender os imbróglis que a Coroa portuguesa e seus súditos americanos enfrentavam no alvorecer do novo século: *exclusivo* ou liberdade de comércio? Manter o trabalho escravo ou apostar no trabalho livre? Defensores dos Bragança e de uma ordem social escravista em um contexto de transformação do Antigo Regime utilizaram seus textos como munição na disputa de um modelo de sociedade que seria mantido no Império do Brasil.

Seguindo cronologicamente o percurso da difusão das ideias econômicas no país, Daniel Cosentino faz uma reflexão sobre as origens do ensino de Economia durante o século XIX. Partindo de textos já clássicos como o artigo de Paul Hugon acerca da Economia Política no Brasil e a tese de doutorado de Amaury Gremaud, vemos que a elite intelectual do país entrou em contato e se familiarizou com o debate

<sup>3</sup> Cf. VARRÃO. *Das coisas do campo*. Introdução, tradução e notas de Matheus Trevizam. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

<sup>4</sup> Cf. CATÃO. *Da agricultura*. Tradução, apresentação e notas de Matheus Trevizam. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016.

econômico contemporâneo através de traduções e de seu aprendizado nas novas instituições de ensino superior criadas após a independência.<sup>5</sup>

Os novos cursos de Direito e Engenharia, os primeiros ainda em 1827 com a criação dos cursos jurídicos e sociais em São Paulo e Pernambuco e, posteriormente, as cadeiras com temas econômicos nas Escolas Politécnicas, proporcionaram a edição e a circulação de manuais e traduções de autores do debate europeu. É importante perceber que os autores traduzidos iam além dos nomes fáceis do liberalismo clássico. Cosentino retoma as especificidades da bibliografia adotada em cada instituição. Por exemplo, em Pernambuco, o primeiro catedrático foi Pedro Autran da Mata Albuquerque (1805-1881), nomeado para o posto em 1832. Albuquerque traduziu o *Elementos de Economia Política*, de James Mill (1773-1836), e foi autor de diversos manuais, como o seu próprio *Elementos de Economia Política* (1844), as *Preleções de Economia Política* (primeira edição de 1859 e uma segunda em 1862), entre outros. Eram então livros que faziam a cabeça dos contemporâneos. Hoje fazem parte apenas do repertório de erudição dos especialistas em pensamento econômico.

Uma senda de pesquisa que Cosentino nos sugere é relacionar essas publicações, textos originais ou traduzidos, com o seu contexto imediato e os problemas que visavam resolver. Podemos falar em diferentes “escolas” de Economia no Brasil imperial? É muito interessante comparar as diferenças das publicações que eram adotadas nos diversos cursos pelo país. Em São Paulo, os professores não abriam mão do *Catecismo de Economia Política* (1815), de Jean Baptiste Say (1767-1832), e do *Elementos de Economia Política*, de Henry Dunning MacLeod (1821-1902). Figura secundária no debate econômico do século XIX, H. D. MacLeod foi autor de uma tentativa de teoria sistematizada em torno do papel do crédito bancário, não distinguindo o capital do crédito e problematizando a ideia de moeda bancária. Em seu tempo, MacLeod defendeu a corrente “catalática”, focada nos problemas da circulação, em oposição direta aos adeptos da corrente “crematística”, identificados com as questões associadas à produção da riqueza. Nos *Elementos de*

---

<sup>5</sup> HUGON, Paul. A Economia Política no Brasil. In: AZEVEDO, Fernando (Org.). *As ciências no Brasil*. 2ª ed. Volume 2. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994; GREMAUD, Amaury P. *Das controvérsias teóricas à política econômica*. São Paulo: USP, 1997. Tese (Doutorado em Economia).

*Economia Política*, a definição do valor de um objeto é baseada no desejo que este desperta em seus possíveis compradores, o que deslocaria o ponto central da compreensão dos processos econômicos da esfera da produção para a da distribuição de bens e serviços. Nessa perspectiva, McLeod seria, de certa forma, um antecessor dos autores que hoje são associados à Revolução Marginalista, centrada no conceito de *utilidade marginal*.

A atuação dos catedráticos pode ser compreendida por sua intervenção em debates contextualizados. Publicar, traduzir e lecionar são atividades que visavam a direcionar a opinião pública e a política para determinados objetivos. Essa militância acadêmica fica mais óbvia quando analisamos a bibliografia econômica dos cursos de Engenharia. Mestres como Luís Rafael Vieira Souto (1849-1922) já estavam imbuídos de uma formação científica baseada na matemática e militavam em um país que vivenciava transformações estruturais nas quais a noção de progresso demandava a formação de indústrias e uma infraestrutura modernizada.

A contextualização das controvérsias econômicas nas questões preeminentes de suas respectivas épocas é muito bem exemplificada no artigo de Thiago Gambi, autor de um estudo que é a referência sobre o segundo Banco do Brasil (1853-1866).<sup>6</sup> Gambi retoma as questões que dominaram o debate econômico brasileiro de meados do século XIX: os temas monetários, creditícios e bancários.

Três grupos se alinhavam para a disputa: o primeiro eram os adeptos da plena conversibilidade da moeda em ouro e do monopólio de emissão inspirados na experiência britânica de 1844. O segundo, os defensores da moeda fiduciária, sem lastro em metais ou títulos, e da pluralidade de emissão monetária. Tinham como exemplo o *free banking* dos Estados Unidos e percebiam as dificuldades para as economias agroexportadoras estabilizarem o nível de suas reservas metálicas. O terceiro grupo possuía uma posição intermediária com reservas aos “fiduciários” e com aproximações ao argumento da conversibilidade, mas com a possibilidade de trocas por outros ativos.

Após uma breve, mas abrangente, revisão bibliográfica da historiografia da controvérsia entre *metalistas* e *papelistas*, Gambi avança pelo

---

<sup>6</sup> GAMBÍ, Thiago Fontelas Rosado. *O banco da ordem: políticas e finanças no Império Brasileiro (1853-1866)*. São Paulo: Alameda, 2015.

debate no parlamento brasileiro onde o tema podia ser sintetizado em duas questões principais: o direito de emissão e a conversibilidade da moeda. Os *papelistas* pregavam a conversibilidade em papéis da dívida pública, dando flexibilidade à política monetária na falta de metal. Existiam alguns, os *papelistas puros*, que questionavam o próprio vínculo da moeda com o metal. Para eles, o volume de transações deveria determinar a oferta de numerário. Se existisse uma relação direta entre transações e emissões, não havia motivos para se preocupar com excessos, contornáveis pelo aumento da taxa de juros. Era a chamada *real bills doctrine*. Este último grupo era o terror dos *metalistas*, que observavam a estabilidade da taxa de câmbio a partir da doutrina do padrão-ouro. Os adeptos do padrão não hesitavam em enxugar a circulação e paralisar as transações para manter o lastro metálico da moeda.

Personagens como o *saquarema* Joaquim José Rodrigues Torres (1802-1872), político que exerceu diversos cargos públicos e foi reconhecido pelo regime com o título de Visconde de Itaboraí, defendia uma posição de equilíbrio entre a estabilidade do valor da moeda e a oferta de crédito para o comércio e a lavoura. Sua posição era ambígua, pois rendeu-se à escassez de metais e admitiu a conversibilidade de notas bancárias emitidas pelo Tesouro. Um defensor do *papelismo* foi Bernardo de Souza Franco (1805-1875). Souza Franco defendia que o foco da política econômica deveria ser o crédito. Em seu argumento, o valor da moeda não deveria ser estritamente atrelado ao metal. A expansão da oferta monetária não causaria necessariamente uma desvalorização cambial e um abandono do padrão ouro. A flutuação cambial devia ser percebida mais como consequência do resultado da balança comercial. O lastro em papel não era um problema para o valor da moeda e permitiria a flexibilidade da política monetária, mais capaz de atender aos negócios por não estar atrelada ao metal.

Thiago Gambi nos alerta que

Noções como progressista e desenvolvimentista talvez não estivessem no horizonte do Império, mas é inegável que Souza Franco atribuía ao crédito papel de propulsor da economia e, nesse sentido, os bancos seriam peças-chave por desempenhar o papel de intermediários entre poupadores e investidores. Os bancos colocariam à disposição dos negócios o capital entesourado, favorecendo todos os participantes do sistema econômico. (Gambi, 2019, p. 207)

Um personagem alvo de uma intensa disputa historiográfica e que também contribuiu para o debate em questão é Irineu Evangelista de Souza, Barão e Visconde de Mauá (1813-1889). A partir de seus discursos na Câmara dos Deputados, de seus artigos na imprensa periódica e de seu relato autobiográfico, é possível retomar suas ideias econômicas. O crédito era central para mobilizar capitais inertes em instrumentos de produção e não havia estímulos para direcionar o capital entesourado para o fluxo econômico. Além disso, a demanda de moeda pelo comércio deveria ser suprida. Mauá propôs como solução a emissão de moeda fiduciária por instituições bancárias com grande volume de capitais e credibilidade na praça. A política monetária deveria estar a serviço do progresso econômico do país.

Esse progresso e o *desenvolvimentismo* são os temas do artigo de Ivan Salomão.<sup>7</sup> Ainda no século XIX, a abolição tardia da escravatura e o fim do regime imperial abriram uma janela de oportunidade para pensar as novas bases da riqueza material e da prosperidade do país. Salomão entende o *desenvolvimentismo* pela definição de Pedro Fonseca:

A política econômica formulada e/ou executada, de forma deliberada, por governos (nacionais ou subnacionais) para, através do crescimento da produção e da produtividade, sob a liderança do setor industrial, transformar a sociedade com vistas a alcançar fins desejáveis, destacadamente a superação de seus problemas econômicos e sociais, dentro dos marcos institucionais do sistema capitalista. (Fonseca, 2015 apud Salomão, 2019, p. 222)

O tema é árduo. E Salomão é cuidadoso ao lembrar dos alertas de Ricardo Bielchowsky: o *desenvolvimentismo* é uma ideologia; e de Luiz Carlos Bresser-Pereira: o *desenvolvimentismo* foi uma estratégia. Política econômica, ideologia e estratégia. Todas estão diretamente relacionadas ao agir humano. O artigo inova ao retroagir cuidadosamente essa reflexão para o fim do século XIX, buscando as origens do *desenvolvimentismo* posto em prática pelo regime varguista após sua ascensão nos anos 1930.

Retomando nomes da “Geração de 1870”, Salomão destaca os temas então voga: a ordem, o progresso e a formação da sociedade civil, da

---

<sup>7</sup> O artigo “Origens do desenvolvimentismo brasileiro e suas controvérsias: notas sobre o debate historiográfico” foi originalmente publicado no periódico *Nova Economia*, v.27, n. 3, p. 421-442, 2017.

nação e de um Estado brasileiro presente e atuante por todo território nacional. A centralidade da agroexportação e da política pública que defendia os interesses dos cafeicultores também era seu alvo. Uma percepção de “atraso”, de descolamento da contemporaneidade com suas conquistas técnicas e fabris baseadas em uma industrialização pesada, assombrava os críticos da recém-proclamada república. O *desenvolvimentismo* pode ser associado aos esforços de diversificar a produção e de proteger as iniciativas de consolidação da indústria.

A historiografia econômica possui estudos acerca do sistema financeiro, da infraestrutura ferroviária e da industrialização que destacam o papel ativo da iniciativa privada e dos cafeicultores no processo de modernização brasileira. Na verdade, esse é um tema com diversas perspectivas e muitas polêmicas. Como um contraponto, Steven Topik defende que existia um funcionalismo público consciente do papel do Estado para a modernização da base produtiva do país. Por exemplo, o Estado era o proprietário do maior banco comercial e de três empresas hipotecárias ativas no mercado, da maior empresa de navegação e de 2/3 das ferrovias do país. Mas Topik faz ressalvas: a atuação dos governos republicanos era mais relacionada à defesa da agroexportação do que a políticas de planejamento. O crescimento industrial antes de 1930 seria consequência da maior liquidez de recursos, do mercado de ações e do câmbio favorável.<sup>8</sup>

De qualquer forma, a Grande Depressão tem um papel central na mudança de perspectiva em torno do *desenvolvimentismo* no país. A fragilidade do modelo agroexportador e o processo político que culminaria na Revolução de 1930 alteraram a atuação da burocracia estatal, que passou a buscar a diversificação produtiva e um crescimento sustentável de longo prazo, bases materiais de um processo de transformações estruturais capazes de criar uma sociedade com um nível superior de bem-estar.

A forma como a historiografia brasileira do pensamento econômico refletiu em torno do tema do *planejamento* e da *industrialização* é o tema do artigo de Luiz Felipe Bruzzi Curi. Se a ideia de “notas preliminares” aparece no título do capítulo, na realidade o texto apresenta um apanhado

---

<sup>8</sup> TOPIK, Steven. *A presença do Estado na economia política do Brasil de 1889 a 1930*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1987.

abrangente de autores divididos por décadas. No primeiro grupo, aqueles que escreveram nos anos 1960 e 1970, nomes incontornáveis como Nícia Vilela Luz, Heitor Ferreira Lima (1905-1989) e Edgard Carone (1923-2003). Esses autores tinham em comum o levantamento e a compreensão de um pensamento industrialista por trás da superação do modelo agroexportador. Em suas pesquisas, destacaram aqueles que até então foram responsáveis por pensar as possibilidades da industrialização, personagens como o já citado Luiz Rafael Vieira Souto e o empresário paulista Roberto Cochrane Simonsen (1889-1948).

Na segunda parte do artigo, Cury destaca como pesquisadores formados na tradição da Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL) pensaram o *ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Com o processo de industrialização já avançado, autores como Guido Mantega e Ricardo Bielschowsky sistematizaram de forma crítica as diversas interpretações teóricas do processo de industrialização iniciado na década de 1930. Mantega divide o debate em torno da industrialização em três linhas: o “modelo de substituição de importações”, o modelo “democrático burguês” e o “modelo de subdesenvolvimento capitalista”. A primeira é baseada na obra de Celso Furtado (1920-2004), a segunda nos textos de Nelson Werneck Sodré (1911-1999), Luís Carlos Prestes (1898-1990) e Alberto Passos Guimarães (1908-1993), todos associados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB); a terceira linha, do subdesenvolvimento capitalista, era formada por autores próximos do trotskismo, que compreendiam os países periféricos não como (semi) feudais, mas como parte integrada e subordinada ao capitalismo internacional. Entre seus principais nomes estavam Caio Prado Jr. (1907-1990), Ruy Mauro Marini (1932-1997) e André Gunder Frank (1929-2005). Para Mantega, o núcleo de uma economia política efetivamente brasileira estava centrado nas linhas de pensamento de inspiração cepalina ou marxista. Não há a inclusão de correntes liberais de pensamento econômico.

Outro que percebe a gênese de reflexões tipicamente brasileiras a partir do pensamento cepalino é Ricardo Bielschowsky. Seu livro *Pensamento econômico brasileiro (1930-1964): o ciclo ideológico do desenvolvimentismo* é bibliografia básica em qualquer disciplina de HPE que se preze. A abordagem de Bielschowsky é mais *contextualista* do que a de Mantega, mobilizando um conjunto de fontes mais abrangente de textos teóricos a artigos de divulgação. Cury identifica aquela que talvez seja

a grande crítica que possa ser feita ao livro de Bielschowsky: um certo menosprezo com o debate brasileiro dos anos 30 e 40 por este não ser “teoricamente embasado”, pois em suas páginas não é possível desassociar o *desenvolvimentismo* do plano teórico do estruturalismo cepalino.

Na terceira parte de seu artigo, Cury destaca a tendência à ampliação e à diversificação das pesquisas em história econômica a partir da perspectiva comparada e da abordagem da difusão internacional das ideias. A comparação com outras realidades e a incorporação dos debates teóricos dos grandes centros de difusão do conhecimento econômico esteve presente no debate sobre a inflação no Brasil, o tema do último capítulo do livro, de autoria de Victor Leonardo de Araújo.

A inflação foi um dos principais problemas do processo de desenvolvimento econômico brasileiro. Passamos no país por duas graves crises inflacionárias: uma na década de 1960 e outra, mais dramática e abrangente, do final dos anos 1970 até o Plano Real (1994). É também no debate em torno da inflação que a tradição ortodoxa e as diversas heterodoxias duelaram pelos diagnósticos da crise e de objetivos a serem alcançados para sua superação. Estabilidade de preços ou priorizar o crescimento? Muitos associam a luta pela estabilização como uma causa restrita aos ortodoxos. A ortodoxia percebe o crescimento como decorrência do desempenho livre dos mecanismos de mercado, com o crescimento sendo decorrência dos estoques de capital. Ao invés das políticas de administração da demanda agregada, uma agenda microeconômica com a desregulamentação do mercado de trabalho e dos mercados financeiros. Para isso são necessárias instituições que assegurem a validade de contratos, o livre comércio e a integração da economia nacional aos mercados financeiros internacionais.

A inflação também é um problema para a heterodoxia. Equilíbrio orçamentário e políticas monetárias austeras também podem ser propostas por economistas heterodoxos. O Plano Trienal proposto por Celso Furtado é um bom exemplo. No artigo, Victor Araújo percorre os debates em torno do fenômeno inflacionário apresentando argumentos e definindo com precisão as escolhas teóricas e as propostas de políticas públicas em uma síntese que irá salvar muitos professores em cursos de economia brasileira.

Nesse aspecto, essa é a maior contribuição de *História do pensamento econômico: pensamento econômico brasileiro*. É uma obra acessível para os

estudantes que estão iniciando o percurso de compreender o debate econômico nacional e sua trajetória histórica e é um texto que não deixa de apresentar as referências fundamentais para os pesquisadores mais experientes seguirem com suas leituras.

